

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 09 de setembro de 1999

Ano 1 Nº 05

Aprovada transferência do BESC para a União

Com a retirada do plenário das bancadas do PMDB, PT, PDT e PPS, os parlamentares da base governista, assim como os deputados Afonso Spaniol (PDT) e Ivo Konell (PMDB), aprovaram na noite desta quarta-feira o projeto de lei 248/99, de origem governamental, que autoriza o Governador do Estado a transferir à União o controle acionário do BESC, suas coligadas e controladas, além de contratar operações de crédito.

Mesmo com os parlamentares de oposição protestando contra o não acatamento de pedido de vistas, requeridos pelos deputados Ronaldo Benedet (PMDB) e Ideli Salvatti (PT), as comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos,



Tumulto na votação da transferência do BESC

presididas na ocasião pelo deputado Onofre Agostini (PFL), reunidas em conjunto durante a tarde aprovaram o parecer

favorável do relator, deputado Jorginho Mello (PSDB). Segundo Agostini, embora o pedido de vistas esteja previsto no regimento interno,

acordo de lideranças firmado no final do mês passado, e que estabeleceu o cronograma que culminou com esta votação, determinando também que nenhum parlamentar pediria vistas da matéria.

Jorginho Mello apresentou duas emendas ao projeto, também aprovadas, tratando da garantia do Estado quanto à manutenção de emprego e demais direitos trabalhistas dos funcionários do banco, assim como assinatura de cláusula, irrevogável e irretroatável, tanto do Estado como dos futuros controladores do BESC, da manutenção de agências pioneiras. Neste sentido, o Executivo deve incluir no orçamento recursos para manter agências que tenham resultado negativo.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

CPI do BESC segue ouvindo depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), e que apura possíveis irregularidades no sistema financeiro do BESC, ouviu Júlio Pungan, funcionário há 25 anos e presidente do banco entre 7 de agosto de 1997 e 30 de julho de 1998. O escriturário declarou que em sua gestão houve programa de capitalização e saneamento, salvo itens que dependiam de aprovação da Assembléia Legislativa e do Senado Federal.

Ao ser questionado pelos parlamentares sobre operações de crédito, Pungan afirmou que nenhuma destas operações foi concedida sem a aprovação do comitê de crédito e diretoria. Já

a deputada Ideli Salvatti (PT) afirmou possuir documentos provando que algum membro da diretoria teria autorizado estas operações. Durante todo o depoimento, o ex-presidente do BESC afirmou que durante o período em que esteve à frente do banco, "a capacidade de geração de receita para manter seus custos e a situação de liquidez eram muito boas."

Ao mesmo tempo foi enfático ao dizer que não entende como os números do BESC se deterioraram em tão pouco tempo. Citou o acordo de 31 de março de 98 firmado com o Banco Central, para saneamento do banco e que foi cancelado pela atual diretoria do BESC.

Ao final do encontro o

presidente da CPI solicitou à assessoria jurídica a elaboração de estudo para verificar a possibilidade de ser obtida legalmente a lista dos inadimplentes do banco.

Não compareceu - Pela segunda vez em menos de uma semana, o atual presidente do BESC, Victor Fontana, não compareceu para prestar depoimento. Enviou à Assembléia documento comunicando que não poderia estar presente nesta quarta pela manhã devido a compromissos com o Banco Central, em Brasília.

O relator da CPI, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), disse que o depoimento de Fontana está novamente marcado para a próxima

segunda-feira, dia 13. No mesmo dia depõem o chefe do setor Jurídico Contencioso, Eduardo Andriani, e em seguida o contador geral do banco, Jonas Goedert.

Audiências públicas em Xanxerê e Chapecó

Página 4

Deputados rejeitam vetos

Página 6

Gonçalves quer segurança na BR-101

Página 8

OPINIÃO

A segurança pública e o futuro



Algumas questões relevantes da vida nacional às vezes parecem ser tratadas como modismo, mesmo nos parlamentos. Isso talvez explique por que a segurança pública mereceu destaque no Congresso Nacional há algum tempo e, agora, é tema aparentemente abandonado, enquanto crescem de forma alarmante os índices de violência.

Na esfera federal, são pálidas as propostas visando a unificação das corporações policiais civis e militares, para a criação da polícia única, tese que defendemos na plenitude, por refletir os sentimentos dominantes das bases dessas instituições.

Em Santa Catarina, começa-se a discutir a unificação do comando. Isto é, a volta da subordinação da Polícia Militar, que perde o *status* de secretaria de estado, para ficar atrelada à Secretaria de Segurança Pública.

Entre as duas propostas, a discussão mais efetiva está no debate sobre o futuro da segurança pública, que

necessariamente passa pelo desenvolvimento do processo de criação da polícia única.

Sua estruturação resultará no rebaixamento dos custos operacionais, na solução dos problemas de efetivo com o remanejamento de pessoal dos atuais quadros, e na melhor distribuição de equipamentos de comunicação, transporte e prevenção. Os benefícios poderão ser notados em cada município, já que haverá ação unificada, resultando em maior agilidade e eficácia.

O momento é importante para debater o assunto porque há o interesse da cúpula da Polícia Militar em ver seus salários equiparados aos dos delegados. Este é um combustível importante para o processo de mudanças.

O nosso propósito é motivar a criação de projeto que leve em conta nova filosofia policial à segurança pública, estruturada em plano de carreira digno, profissionalismo e salários à altura dos desafios impostos pela realidade.

Temos certeza que, seguindo esta linha, atingiremos de forma eficiente objetivos para por em prática uma nova segurança pública para os catarinenses.

Deputado Jaime Mantelli (PDT)

Benefício aos policiais militares



Com o objetivo de atender aos policiais militares do estado de Santa Catarina, entrei com um projeto que dispõe sobre o transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados. O projeto que está tramitando na Comissão de Justiça vem ao encontro das necessidades dos policiais que muitas vezes precisam se deslocar de sua cidade para outras, onde desenvolvem seus trabalhos.

Não é difícil encontrar ao longo da BR-101 policiais fardados pedindo carona para retornar às suas casas, ou então, ir cumprir seu dever de militar.

Com o propósito de aliviar as despesas, no que se refere ao pagamento de passagens diariamente, foi que, preocupada com esses cidadãos, entrei com esse projeto de lei.

Para os policiais, sei que minha atitude é muito benéfica. Eu fico muito sentida quando acompanho através de reportagens, depoimentos de policiais que sofrem com

salários que às vezes não correspondem com as necessidades dos mesmos, e isso é de âmbito nacional. É por isso que quero que os nossos policiais militares sejam beneficiados com tal projeto.

Eu tenho uma estima muito especial por esses profissionais que atendem à comunidade nas mais diversas situações e sempre situações essas que são difíceis de serem enfrentadas.

São eles que nos dão assistência quando nos sentimos ameaçados de alguma forma. O número 190 sempre está à disposição e quem atende do outro lado nunca mede esforços para nos dar a atenção que precisamos.

Eu quero aproveitar a oportunidade e pedir o reconhecimento quanto à atuação desses policiais catarinenses, pedindo a atenção especial dos deputados no que diz respeito à votação desse projeto que visa ajudar quem às vezes, não se importando com sua própria vida, se arrisca em benefício da vida de uma outra pessoa.

Deputada Odete do Nascimento (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uezai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Padilha
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
 Ilustrações: Hudson Mendes Cardoso
 Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Centro de Informações orienta visitantes

Localização de gabinetes parlamentares e setores administrativos da Casa, além do fornecimento de nomes e endereços de autoridades estaduais têm sido as principais solicitações dos que visitam a Assembléia, nesta primeira semana de funcionamento do Centro de Informações. O centro, dotado de sistema eletrônico, é capaz de fornecer informações sobre tramitação de projetos de lei, agenda das comissões, Ordem do Dia de plenário, listagem de endereços de autoridades e órgãos públicos e os serviços por eles prestados, além de serviços de empresas privadas em âmbito municipal e estadual. Próximo ao centro, um painel eletrônico contém dados constantes nas agendas administrativas, políticas e culturais da Assembléia e um tótem contém informações sobre os deputados, sua biografia, projetos de lei de sua autoria e perspectiva de atuação.



Visitantes recebem orientação

Foto Giancarlo Borroluzzi

1ª FIMC reunirá municípios catarinenses

Juntamente com a Federação Catarinense de Municípios - Fecam, a Assembléia Legislativa promove a partir de 3 de novembro, a 1ª Feira de Integração dos Municípios Catarinenses - FIMC. A feira é a primeira tentativa para romper o isolamento de muitos municípios catarinenses e oportunizar a chance de mostrá-los para novos mercados, já que os espaços urbanos catarinenses são singulares no contexto do país: em menos de 100 mil km², Santa Catarina contém os traços culturais de pelo menos seis países e mais de uma dezena de diferentes povos, que fazem dessas cidades um verdadeiro mosaico urbano.

O objetivo da 1ª FIMC é criar oportunidades para que as cidades catarinenses possam mostrar todo o seu potencial econômico, humano, cultural e turístico. Serão cerca de 100 stands onde os municípios poderão expor e comercializar os produtos mais característicos.

Legislativos do sul do Brasil reunidos em Porto Alegre

Porto Alegre sediará dia 10 mais uma reunião do Copasul - Conselho Parlamentar do Sul, onde estarão reunidos os líderes dos legislativos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Entre os objetivos do encontro está a mudança da presidência do Copasul, atualmente com a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e exercida pelo deputado Gilmar Knaesel (PPB), para o estado do Rio Grande do Sul. Quem assumirá o cargo é o presidente da Assembléia daquele estado, deputado Paulo Odone (PMDB).

Em janeiro do ano 2000, a presidência do Copasul volta às mãos de Santa Catarina por mais seis meses de acordo com o sistema rotativo seguido pelo conselho, passando na seqüência para o Paraná e o Mato Grosso do Sul.

A reunião desta sexta-feira será aberta com uma palestra do deputado Germano Rigotto (PMDB) sobre a comentada reforma tributária. Em seguida será oficialmente lançada a quarta edição do Congresso da UNALE, o "Gramado 2000", que reunirá deputados de todo

Brasil no Rio Grande do Sul em maio do ano que vem.

Santa Catarina tomará a frente do encontro ao introduzir a discussão sobre a participação das três assembleias legislativas do Sul no "Fórum da Agricultura Tri-Vêneta Sul Brasil", que acontecerá na cidade de Verona na Itália, em novembro próximo.

A realização do fórum foi idealizada durante a viagem da comitiva de deputados catarinenses à Itália em julho último. O presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina estendeu o convite aos legislativos de todos os estados do Copasul por causa da semelhança no sistema produtivo agrícola entre o sul do Brasil e a região do Vêneta, ambos baseados no corporativismo. A diferença é que no caso italiano as cooperativas funcionam com sucesso, gozando de autonomia, excelente produtividade e influência determinante na economia regional. Considerando que isso contrasta com a atual crise agrícola brasileira, os estados participantes podem aprender muito com a experiência italiana.

COMISSÕES

Comissões de Justiça e Agricultura promovem audiências no Oeste

As comissões de Constituição e Justiça e da Agricultura promovem reuniões extraordinárias nesta quinta e sexta-feiras no Oeste do Estado. Emancipação de distritos que hoje pertencem a Chapecó e debate sobre os produtos transgênicos darão a tônica às audiências públicas que objetivam ampla discussão sobre temas de interesse comunitário.

A Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Onofre Santo Agostini (PFL), se reúne nesta quinta, a partir das 16 horas, no auditório da Secretaria dos Negócios do Oeste, em Chapecó, com representantes de comunidades locais e lideranças políticas para tratar da possível emancipação dos distritos de Marechal Bormann e Goio-En, atualmente pertencentes àquele município.

Em Xanxerê, na sexta-feira, a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Gelson Sorgatto (PMDB), debate as questões relacionadas com os produtos transgênicos. Em pauta na



Reunião da comissão conjunta

Assembléia a discussão sobre pesquisas, testes, experiências e atividades na área de biotecnologia e engenharia genética.

Iniciativa - As reuniões foram convocadas por iniciativa do deputado Jaime Mantelli (PDT), membro das duas comissões e relator dos projetos em pauta. Mantelli também apresentou um substitutivo global aos projetos

que criam a Comissão Estadual de Biossegurança, unindo propostas apresentadas pelos deputados Neodi Saretta (PT) e Rogério Mendonça (PMDB).

A reunião sobre os transgênicos está programada para as 9 horas no Centro Comunitário de Xanxerê e é propósito da Comissão de Agricultura "ampliar a discussão sobre o assunto, avaliando suas interfaces",

segundo declaração do presidente Sorgatto. Foram convidados representantes de sindicatos de trabalhadores e produtores rurais, técnicos de órgãos estaduais e das agroindústrias da região, além de lideranças políticas. Para o mês que vem, a comissão pretende organizar mais um evento sobre o tema na Capital, para o qual deverão ser convidados palestrantes de renome internacional.

Projeto garante testes gratuitos de DNA

Santa Catarina poderá realizar exames gratuitos de paternidade por DNA para mulheres que forem reconhecidamente carentes. Projeto neste sentido do deputado Jaime Duarte (PPS) aguarda parecer do relator, na Comissão de Constituição e Justiça para continuar tramitando na Assembléia Legislativa.

Cada exame de DNA custa em média, R\$ 800,00, quando

realizado por laboratórios privados. De acordo com o projeto, o Executivo poderá dotar os laboratórios da rede estadual com vistas à realização do exame. Deverá também celebrar convênios com outros estados, municípios ou a União.

Segundo Jaime Duarte, o exame é um importante instrumento a ser usado pela área criminal. "Há processos judiciais que levam muitos

anos por falta de provas. E é fundamental para as mulheres de baixa renda e beneficiárias do serviço de Assistência Jurídica Gratuita", destacou.

HIV - Proposta dispoñdo sobre o direito da mulher requerer o teste anti-HIV pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foi apresentada em plenário pelo deputado Jaime Duarte. O parlamentar entende que o teste deverá servir como exame complementar dos cuidados do pré-natal.

"A prevenção da transmissão da AIDS de mãe para filho com uso adequado do medicamento AZT reduziu os índices da doença em recém-nascido de 25% para 8%", informou Duarte. A Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma doença transmitida principalmente por relações sexuais, uso de drogas injetáveis e da mãe grávida para seu filho.

PLENÁRIO

Líder do PT denuncia demagogia de FHC

O líder da bancada do PT na Assembléia, deputado Francisco de Assis Nunes, denunciou que o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para tentar, de maneira demagógica, conter a queda de popularidade de seu governo. Em função do comprometimento de FHC com o capital internacional, Assis não acredita que o governo federal esteja sinceramente preocupado com os problemas sociais, que se agravam a cada dia. “Ele está preocupado com o fato de a população estar percebendo que o desemprego, por exemplo, só tem crescido e que não há sensibilidade nem interesse dos governantes em apontar soluções”, disse Assis.

Assis enfatizou a posição de seu partido em relação ao governo de



Deputado Francisco de Assis

Fernando Henrique. “Esse governo está mais preocupado com os ricos, com os banqueiros, do que realmente com a geração de emprego e renda. Quando não se tem vontade política de atender às necessidades do povo, o que prevalece é a força do capital estrangeiro e as regras do FMI (Fundo Monetário Internacional).”

As críticas de Assis, no entanto, não foram dirigidas apenas ao governo federal. O líder petista também responsabilizou os partidos que dão sustentação a FHC e citou o PFL, PPB, PSDB e PMDB. “Os parlamentares e lideranças desses partidos deveriam ter a humildade de reconhecer que também são responsáveis por essa política desastrosa que tem massacrado o povo brasileiro, fazendo com que a exclusão social seja cada vez maior”, disse o deputado.

Foto Giancarlo Bortoluzzi

Mendonça destaca projetos de recuperação das terras em Santa Catarina

Os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura, entre 1995 e 1998, direcionados ao aproveitamento e a recuperação das terras catarinenses foram destacados pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB). Ele lembrou que até 1988 o Estado executava o Programa Provárzeas, mantido pelo Ministério da Agricultura, com ações que visavam a recuperação de áreas úmidas, mal drenadas e impróprias para a implantação de culturas agrícolas.

Embora tenha produzido bons resultados, o Provárzeas foi extinto há 11 anos quando o governo federal cancelou investimentos e suas atividades. Por outro lado, a partir de 1995, o governo do Estado passou a executar novos programas para o reaproveitamento de terras. “O trabalho foi reiniciado dando ênfase a projetos coletivos nos quais os produtores rurais tinham participação efetiva desde sua concepção até a sua execução. Importantes obras de macrodrenagem, construção de barragens, canais de irrigação e sistemas de bombeamento foram executados pela Secretaria de Agricultura”, explica o parlamentar.

Acrescenta que nesse período foram

desenvolvidos 270 projetos em todo o Estado, tendo a maior concentração no litoral e Vale do Itajaí. Cerca de 83.196 hectares de terra tiveram infra-estrutura melhorada através de técnicas de engenharia agrônômica, aumentando a área agrícola de Santa Catarina. Foram cultivados 50 mil hectares de arroz irrigado, provocando um acréscimo na produção de 1,5 milhão de sacas.

Outro dado apontado pelo parlamentar refere-se ao número de famílias beneficiadas com esses projetos da secretaria. “Aproximadamente 8.340 famílias tiveram acesso a mais renda, melhores condições de vida e mais cidadania”, afirma.

Apesar da iniciativa do governo do Estado nos últimos quatro anos, Rogério Mendonça lembra que Santa Catarina ainda possui 150 mil hectares de terra que podem ser incorporados a área agricultável, desde que recebam tratamento técnico adequado. “Por isso precisamos alertar a sociedade e os órgãos responsáveis para que esse trabalho não sofra solução de continuidade. Ações dessa natureza tornam o trabalho da família do agricultor mais produtivo, rentável, humano e seguro”.

Aprovada emenda constitucional

Aprovado Projeto de Emenda Constitucional de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que altera a indicação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. A Constituição Estadual em seu artigo 61, parágrafo 2º, diz que - Os Conselheiros do TCE serão escolhidos: I - dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um alternadamente dentre os auditores da Ministério Público junto ao TC, indicados em lista tríplice pelo tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento; II - cinco pela Assembléia Legislativa.

No artigo 3º diz que “cabera à Assembléia Legislativa indicar conselheiros para a primeira, segunda, quarta, sexta e sétima vagas e ao Poder Executivo para a terceira e quinta vagas.”

Na emenda aprovada, as indicações passam a ser três pelo Governador e quatro pela Assembléia. Cabendo a primeira, segunda, quarta e quinta vagas à indicação do Legislativo e ao Executivo indicar a terceira, sexta e sétima vagas, devendo recair as duas últimas, alternadamente, em auditor e membro do Ministério Público junto ao tribunal.

PLENÁRIO

Vetos governamentais rejeitados em Plenário

Os deputados apreciaram nesta semana cinco vetos apostos pelo Governador a projetos aprovados recentemente pelo Legislativo. Quatro foram rejeitados e apenas um mantido.

Por maioria, foi derrubado o veto parcial à lei que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1999. O artigo vetado pelo Governador refere-se à inclusão de quadro de recursos de todas as fontes e transferências dos fundos e fundações.

Rejeitado também por 21 votos a 8, o veto total ao projeto de lei que altera a redação da Lei Complementar que dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público Estadual e, garante aos professores de pré à 4ª série, com curso de Pedagogia, receberem como nível superior.

Derrubado ainda veto total ao projeto que prevê a disponibilização aos

municípios dos prédios escolares ociosos, destinando-os ao desenvolvimento de projeto agrícolas, de forma gratuita pelo prazo de dez anos, prorrogável por igual período. De acordo com o projeto, os prédios serão destinados ao desenvolvimento de projetos vinculados à agricultura, à micro e pequena atividade econômica, à profissionalização, à cultura e aos projetos comunitários no Estado.

Os parlamentares ainda rejeitaram o veto total à matéria que institui o Projeto Degrau, que incentiva, estimula e divulga aspectos relacionados com a cultura em Santa Catarina.

Subvenções sociais - O único veto total mantido pelos deputados trata do projeto de lei que dá nova redação ao artigo 4, da lei 5.867, de 17 de abril de 1981. O artigo vetado previa que "não serão concedidas subvenções sociais para

fundação, organização ou instalação de instituição, mas somente para sua manutenção, desenvolvimento, aquisição de imóveis e bens de consumo. A proposta foi considerada inconstitucional, e teve parecer pela manutenção do veto na Comissão de Justiça.

A deliberar - O último veto parcial que constava da pauta de votação desta semana ainda não foi apreciado pelos deputados e diz respeito à lei que criou o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM. A matéria vetada teve origem em emendas parlamentares e trata da instituição do Fundo Especial do Conselho, vinculado à Secretaria da Família, para gerir recursos e financiar as suas atividades. Além disso, autoriza a criação do cargo de Coordenador da Secretaria Executiva e a cedência de servidores de órgãos e entidades da administração direta e indireta

Deputados do PT querem audiência pública sobre PLAM

Uma audiência pública sobre o Plano de Assistência Médica dos Servidores Públicos (PLAM) será realizada nos próximos dias a pedido dos deputados petistas Volnei Morastoni e Ideli Salvatti. Os parlamentares querem a convocação dos secretários estaduais da Administração, Celestino Roque Cecco, da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, e o presidente do Ipesc Eloy Ranzi, para que compareçam à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia para prestarem informações sobre o novo plano.

Nessa audiência, os deputados querem debater o projeto de lei 237/99, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Ipesc e a implantação do PLAM. Os representantes do Governo também deverão falar sobre a situação do atendimento por parte dos hospitais, clínicas e médicos aos beneficiários do PLAM e sobre o convênio estabelecido entre Ipesc e Unimed.

Revisão da lei de atividade dos atacadistas

O deputado Luiz Roberto Herbst (PMDB) encaminhou indicação ao secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, solicitando alterações na Lei 10.297, que trata das operações promovidas por atacadistas e distribuidores. Nos últimos dias, Herbst tem recebido inúmeras manifestações de representantes das classes, descontentes com a atual legislação do ICMS.

Segundo informações do peemedebista, a redução da base de cálculo do imposto sobre as operações envolvendo atacadistas e distribuidores tem beneficiado apenas os grandes

empresários, em detrimento dos pequenos. "Estamos pedindo ao secretário que prorrogue o prazo de redução da base de cálculo até o dia 31 de dezembro deste ano", justifica. Outra medida solicitada seria a supressão do artigo que beneficia apenas àqueles filiados à Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses (ADAC).

Caso o governo do Estado não promova as alterações na lei, Herbst alerta que, em pouco tempo, esses pequenos empresários encerrarão suas atividades. "Neste caso, o desemprego no setor poderia atingir níveis alarmantes", enfatiza.

Projeto de Lei busca criar Fundo Antidrogas

O Coordenador do Fórum Estadual Permanente Antidrogas e Pela Vida, deputado Adelor Vieira (PFL), é autor do projeto de lei que autoriza o Executivo a instituir um fundo voltado à prevenção, recuperação e repressão ao uso indevido de drogas em Santa Catarina.

Através desse fundo que teria recursos próprios, seriam lançados programas educativos de prevenção, de controle do uso de entorpecentes,

de tratamento, de recuperação e de apoio aos familiares de usuários. "Este projeto não coloca um ponto final em um mal que atordoa a sociedade, entretanto, se aprovado, irá amenizar a angústia e o sofrimento de pessoas e de famílias", justificou o parlamentar.

Os projetos e as ações a serem desenvolvidos com recursos do fundo serão submetidos à apreciação do Conselho Estadual de Entorpecentes.

Uczai contra aumento das publicações oficiais

O reajuste de 200% nos preços das publicações dos diários oficiais, a partir de 1º setembro, levou o deputado Pedro Uczai (PT) a apresentar projeto de decreto legislativo sustando a aplicação daquela portaria.

Para o parlamentar, o principal objetivo do aumento anunciado é preparar, financeiramente, a Imprensa Oficial para sua posterior privatização. "Tudo não passa de um jogo de cartas marcadas e a sociedade não pode pagar essa conta", falou.

O decreto determina como competência exclusiva da Assembléia Legislativa "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, incluídos os das entidades da administração indireta e do

Tribunal de Contas".

As maiores prejudicadas com o aumento são as entidades beneficentes para serem reconhecidas como de utilidade pública, ou qualquer alteração de estatuto depende do serviço da Imprensa Oficial, uma vez que a legislação estadual exige a publicação em Diário Oficial do Estado. Com o reajuste, por exemplo, o custo do centímetro/coluna aumenta de R\$ 3,00 para R\$ 21,00 para a publicação de extratos de estatuto de entidades sem fins lucrativos, enquanto o preço da publicação de balanços, relatórios e demonstrativos das empresas permanecem em R\$ 21,00 o centímetro/coluna.

Além destas, as prefeituras do interior também serão diretamente atingidas. Para elas, uma página que custava R\$ 672,00 aumenta para R\$ 2.010,00.

Ranzolin propõe usina a gás no Planalto

O governo do Estado, através de um trabalho conjunto da empresa SC Gás e da Celesc, está agilizando estudos no sentido de ser instalada uma usina termelétrica movida a gás no Planalto Serrano, dentro do programa de expansão do gasoduto Brasil-Bolívia. Essa informação foi transmitida ao líder do PPB, deputado Ivan Ranzolin, pelo secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa.

A informação é, na realidade, uma resposta ao pedido anteriormente formulado por Ranzolin. O líder do PPB tinha enviado ofício àquele órgão pedindo

a instalação, em Lages, de uma usina termelétrica movida a gás natural. Em resposta, Paulo Gouvêa disse que o Plano de Governo de Esperidião Amin prevê ações objetivando a expansão do gasoduto Brasil-Bolívia também para as regiões do Planalto Serrano, Meio e Extremo-Oeste do Estado.

Informou ainda que a empresa que cuida do fornecimento do gás boliviano, a SCGás, garantiu que há todas as condições para efetuar esse atendimento e defendeu como "estratégica" a instalação de uma usina no Planalto Serrano.

Proposições

Deputado Onofre Agostini (PFL) aos representantes catarinenses no Congresso Nacional, para que rejeitem o projeto de lei que prevê o afastamento dos atuais prefeitos que se candidatarem à reeleição, em tramitação naquela casa.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) ao Presidente do Banco do Brasil, ao Superintendente Regional do BB em Santa Catarina e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, para que o posto de serviços bancários do BB seja transformado em agência na localidade Rio da Anta, município de Santa Terezinha.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Chefe do DNER-SC, para a implantação de rótulas na BR-282, no acesso ao município de Cordilheira Alta, e no trevo de acesso à localidade de Limeira, em Xaxim. Ao Ministro dos Transportes, está pedindo a recuperação da sinalização da rodovia no trecho compreendido entre os municípios de Campos Novos à São Miguel do Oeste.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao diretor do DNER-SC solicitando o recapeamento do trecho da BR-282, entre o trevo de acesso a Xanxerê e o trevo de Irani. Entende que as péssimas condições de tráfego afetam não apenas a economia do Estado, mas principalmente os municípios próximos à rodovia.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras e ao Presidente da Casan, requerendo a pavimentação da rodovia que liga a SC-445, em Siderópolis, passando por Santa Luzia, São Martinho, ao município de Nova Veneza, até a localidade de São Pedro.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Presidente da Telesc, solicitando a implantação de postos telefônicos nas localidades de Pratinha e Lageado dos Grein, no município de Papanduva.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Chefe do DNER-SC, indagando sobre as obras de recapeamento da BR-153 e do trevo que dá acesso a Concórdia. Quer saber por que as obras de recapeamento estão paralisadas há mais de cinco meses, e quando o trabalho vai ser reiniciado.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Ministro dos Transportes e ao Superintendente do DNER-SC, com apoio da bancada federal catarinense, providências no sentido de que sejam construídas passarelas na BR-116, nos perímetros urbanos de São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Ponte Alta, Monte Castelo e Santa Cecília.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, para que seja efetuada a manutenção da rodovia SC-465, que liga os municípios de Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Governador do Estado, sugerindo a formação de uma comissão, composta por entidades que trabalham na prevenção ao uso de drogas e recuperação de drogados, sob a coordenação da Secretaria da Educação, com a finalidade de elaborar um manual educativo de prevenção ao uso de drogas, com distribuição gratuita a todos os pais e alunos da rede pública de ensino do Estado.

Apoio ao esporte amador

O deputado João Rosa (PSDB) apresentou projeto de lei criando programa para investimentos no esporte amador do Estado, mediante a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas contribuintes que patrocinem com doações e investimentos em favor de atletas ou de pessoas jurídicas com finalidade esportiva, sem fins lucrativos. A matéria consiste em abater no valor total do imposto devido o montante das doações, patrocínios ou investimentos, inclusive despesas e contribuições, sendo que o incentivo mínimo fica fixado em 1000 Ufir's.

ESPECIAL

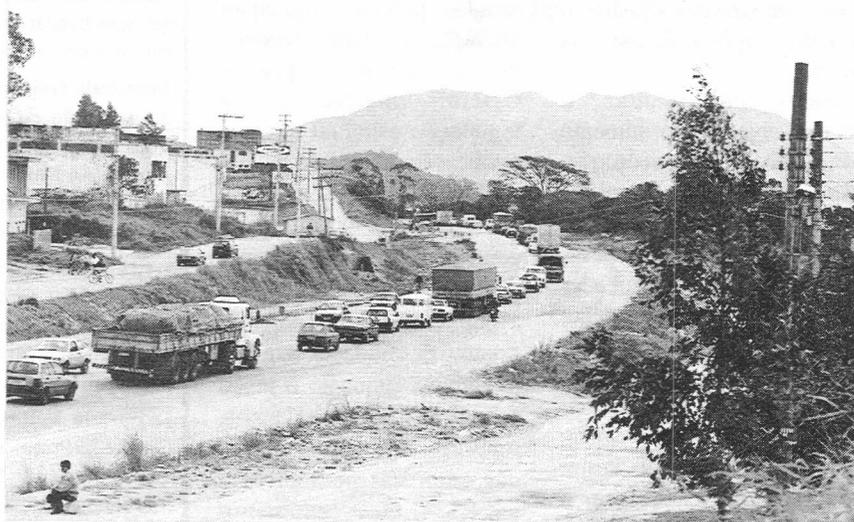
Nilson Gonçalves cobra medidas urgentes na duplicação da BR - 101

Preocupado com o alto índice de acidentes na BR - 101, o deputado Nilson Gonçalves (PFL) está cobrando gerenciamento do governo estadual junto ao DNER, para que sejam liberados ao tráfego de veículos os trechos da rodovia onde a duplicação está concluída, ou que seja providenciada sinalização adequada para alertar os motoristas do início de pista única em função das obras.

De acordo com o deputado, entre Joinville e Florianópolis a duplicação está cerca de 70% pronta ou em fase de finalização e o trânsito já flui em pista dupla. Em outros trechos o tráfego acontece nos dois sentidos em uma só pista, o que vêm provocando graves acidentes com mortes, porque os motoristas se atrapalham por considerarem que ainda estão transitando em pista dupla.

Ele esclarece que algumas empreiteiras usam sinalização iluminada para alertar o início de obras e o afunilamento da pista, porém outras não obedecem a determinação legal e não sinalizam adequadamente.

Gonçalves alertou ainda para a necessidade de agilizar e concluir a



Engarrafamentos são constantes na rodovia

duplicação da rodovia até final do ano quando o movimento se intensifica, principalmente na região de Balneário Camboriú, por causa do verão.

Resposta - Segundo o engenheiro Wagner Fabre, chefe interino do distrito do DNER em Santa Catarina, a sinalização deixa a desejar em alguns pontos de transição de pista dupla para pista simples porque a depreciação é

violenta. “Os pedestres roubam lâmpadas, fios e destroem a sinalização, mas a cobrança junto às empreiteiras é diária”. Ele disse ainda que o DNER, além de melhorar a sinalização, vai agilizar as obras para diminuir o número de desvios até final do ano, quando 85% da rodovia deve estar duplicada no trecho entre Florianópolis e a divisa com o Paraná.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Agenda

Dia 13, CPI do BESC, às 9 horas, depoimento do presidente do BESC, Victor Fontana.

Às 16 horas, depoimentos do chefe do setor jurídico, Eduardo Andriani, e do contador geral Jonas Goedert.

Dia 13, às 10 horas, debate organizado pela Comissão de Saúde sobre presença permanente de farmacêuticos nas farmácias e vendas de medicamentos em supermercados. Local: Plenário

Dia 14, às 10 horas, reunião da Comissão de Justiça para apreciação e votação do projeto do Tribunal de Justiça que prevê cessão de uso de imóvel do Poder Judiciário, por período de 20 anos, para secretarias do governo, no município de Campo Erê.

Dia 14, após sessão plenária, reunião da Comissão de Transportes. Assunto: Problemas no contrato que prevê concessão da SC-470. Local: Sala das Comissões

Dia 15, às 10 horas, apresentação do relatório do Programa de Controle de Subnutrição Infantil, pela Promotoria da Infância e Juventude e Secretaria da Saúde. Local: Sala das Comissões

Exposição sobre o Contestado permanece na Galeria de Arte do Palácio Barriga-Verde até o dia 30 de setembro.

Homenagem a Raulino Horn

Por iniciativa do deputado Paulo Bornhausen (PFL), a Assembléia realiza no próximo dia 28 sessão solene em homenagem ao 1º vice-governador do Estado, Raulino Júlio Adolfo Horn, no sesquicentenário de seu nascimento.

O homenageado foi também senador e deputado estadual. Presidiu a Assembléia Legislativa entre 1919 e 1924, tendo por duas vezes exercido interinamente o governo do Estado, em 1920 e 1921, quando substituiu Hercílio Luz.